

Entre a propaganda e a realidade: as “heterodoxias” de Leitão de Barros em relação ao turismo

José Guilherme Victorino

Resumo

Foi Leitão de Barros um dos mais empenhados e eclécticos artistas ao serviço do Estado Novo. Mas tal não o inibiu, com uma liberdade inusitada, de se tornar numa das vozes mais críticas dos pressupostos inerentes à imagem projectada pelo regime em relação ao turismo – actividade em que também foi precursor. De forma pedagógica, por vezes mordaz, esta faceta de Leitão de Barros constituiu uma singularidade nas práticas discursivas da imprensa da época, dominante sobre a qual este estudo também pretende reflectir.

Palavras-chave: Turismo, Leitão de Barros, Propaganda, António Ferro, Salazar

Abstract

Leitão de Barros was one of the most committed and eclectic artists at the service of Salazar's regime. Still, this did not prevent him, with unprecedented freedom, from becoming one of the most critical voices of the presuppositions intrinsic to the image projected by the regime regarding tourism - an activity in which he was also a pioneer. In a pedagogical, sometimes scathing way, this facet of Leitão de Barros constituted a singularity in the discursive practices of the press of that period, a topic this study also intends to address.

Keywords: Tourism, Leitão de Barros, Propaganda, António Ferro, Salazar

IMAGENS DE PORTUGAL

Um apóstolo irreverente do Estado Novo

«Meio seguríssimo, não só de alta propaganda nacional como de simples propaganda política», como afirmou António Ferro (Ferro, 1949: 35), o turismo foi, durante as primeiras décadas do Estado Novo, um dos mais eficazes instrumentos de impregnação de um ideário – pretexto para também evidenciar a obra feita e para enaltecer aos olhos dos nacionais a sua paisagem e o seu património (Victorino, 2018: 428). Possivelmente influenciado pelo modelo mussoliniano de “indústria nacionalista”¹, apostando numa lógica de diferenciação, como bem observou Paulo Pina, a estratégia de António Ferro, através do SPN, Secretariado da Propaganda Nacional, depois SNI, Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (doravante SPN/SNI), consistiu em «propor ao mercado nacional e internacional uma escala (...) opcional de valoração turística (...) assente na enfatização de recursos de cariz “popular” (...), alternativa às atrações “eruditas” ou “cosmopolitas”, tradicionais da época, em que o país se movia com pouco à-vontade» (Pina, 1988: 42).

Foi José Júlio Marques Leitão de Barros (1896-1967) um multifacetado artista, enquanto pintor, cenógrafo e dramaturgo, professor das cadeiras de Desenho e Matemática no ensino secundário, mas também activo jornalista e fundador de periódicos. Nascido um ano após António Ferro (desde cedo ligados a iniciativas comuns, como o *Teatro Novo*, em 1925), nutrido um regular apreço mútuo ao longo dos anos², Leitão de Barros teve um papel fulcral em diversas actividades ligadas à propaganda do Estado Novo. Projetao as figuras de Salazar e de Carmona através do seu *Notícias Ilustrado*, passando pela criação dos álbuns *Portugal*, como Director dos Serviços Externos da Exposição do Mundo Português, pelos diversos cortejos de recriação histórica e pelas marchas populares, Leitão de Barros foi ainda um activo cineasta, não só de grandes-metragens oficialmente subsidiadas e premiadas, como *Aia-Arriba* e *Carnões*, mas também através de documentários enaltecendo a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. Igualmente colaborador do SPN/SNI em outras sedes³, este autor contou com o apoio assíduo de António Ferro, partilhando com ele, por

outro lado, a incondicional admiração por Salazar que sobressai na sua correspondência⁴.

Não deixou Leitão de Barros, por contraste, em fase subsequente, de utilizar os seus *Corvos*, crónicas semanais que começou a publicar no *Diário de Notícias*, a partir de 1953 (textos posteriormente compilados em dois volumes, com ilustrações de João Abel Manta [Barros, 195-?]), num contexto que o seu amigo António Lopes Ribeiro, outro apóstolo do regime, comentou da seguinte forma: «Os convídios desabafos de Leitão de Barros provam que num país de anedota só devemos tomar a sério os humoristas»⁵.

Muitos foram os temas, neste caso as *bicadas* que os *Corvos* dedicaram, na sua maioria tendo por mote a cidade que tem S. Vicente como padroeiro, designadamente às entidades camarárias e afins, dada também a posição de Leitão de Barros enquanto director do Grupo dos Amigos de Lisboa.

Como precursor intímato em áreas em que a sua personalidade, culta, pragmática e cosmopolita, a um ritmo que poucos se permitiam acompanhar no Portugal desses anos, já em 1926 Leitão de Barros tinha permitido criticar-se, no seu *Domingo Ilustrado*, a instituição da censura prévia após o 28 de Maio, como nos recorda Afonso Cortez Pinto (Pinto, 2015: 206-207). *A posteriori*, já à frente do *Notícias Ilustrado*, ali promoveu reportagens, vide em 1930, sobre os “bairros de lata” lisboetas (Pinto, 2015: 153-155), que através de impressivas imagens em rotogravura (de que foi o precursor nos *magazines* portugueses), não podem ter deixado de provocar mal-estar, designadamente entre o governo e a propaganda enaltecedora do que então se estava a fazer no plano da erradicação dessas “chagas sociais”, em período de incremento de obras públicas pelo regime.

Em parte por dificuldades financeiras resultantes da suposta concorrência das revistas espanholas, mas também pela censura cada vez mais atenta ao tipo de reportagens do *Notícias Ilustrado*, Leitão de Barros foi forçado ao encerramento daquele periódico, em 1935, conhecendo-se o documento em que lavrou a Salazar os seus protestos por esse motivo (tendo o director da Censura, Salvação Barreto, sido instado a justificar alguns daqueles cortes ao presidente do Conselho)⁶. Entre outras, estava a crónica “Coimbra

1. “O nacionalismo essencial, inevitável, dessa indústria, justifica-se por si, o seu excepcional interesse. É uma indústria que, na sua evolução, só pode favorecer Portugal e os Portugueses” (FERRO, 1949: 34), aliuce incluía que il turismo poteva rappresentare una miniera d’oro sia sotto l’aspetto del progresso economico e del benessere sociale del Paese, sia, soprattutto, come strumento di propaganda che mirasse a far conoscere all’estero il nostro sviluppo economico, culturale, artistico, scientifico, sportivo, militare, sereno, Austero, fascismo e Turismo (Salazar e Silva del Turismo Seculo), Victorio, Editora Agresatti, 2007, opud Ripoll, 2007: 7).

2. «Salazar, sem voz», le como um belo quadro a que, provisionalmente, se tirasse a moldura (Barros, 1950).

3. Designadamente como delegado do SNI, numa das comissões constituídas no sentido de adaptar os interiores do Palácio Foz a sede daquele organismo, entre 1945 e 1947 (Ellis, 2014: 286).

4. Cite-se, a título de exemplo, a carta que dirigiu a Salazar após a grande entrevista que lhe fez para *O Seculo*, em 10-08-1950: «O contacto com figuras eminentes debruça-me, em geral, uma impressão que contrasta as leis da óptica: quanto mais a gente chega se aproxima, mais pequenas nos parecem». Com V. L. E. no contexto, a verificação seringueira: em 29-1-54, pp. 14-00-1950), 14-00-1950).

5. Ver verso da capa em Barros, 195-?, v. 1.

6. Relação e justificação cronológica de todos os cortes feitos no *Notícias Ilustrado*, durante o ano de 1935” (AOS/CCO/PC-120), pasta 4, 31-10-1935).



Cidade Mártir” («a propósito da derrocada da Torre de Santa Cruz»), pelo que traduzia em relação ao que estava a acontecer com a “Alta” do vilhoburgo, ao demolir-se «implacavelmente uma zona histórica valiosíssima, com casas, solares, igrejas, conventos», para em seu lugar se edificar a cidade universitária monumental (projectada por Cottinelli Telmo e Cristiano da Silva).

Também na sua colaboração com a *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo* (o órgão impresso de maior projecção do SPN/SNI [Victorino, 2012: 110-122]), Leição de Barros manifestou a sua indignação por mais um factor que considerava atentatório da polémica política de restauro de monumentos, consabida bandeira do regime. Em causa tinha estado, por ocasião dos “Centenários”, a recuperação do Teatro Nacional de S. Carlos, mais precisamente dos seus lustres de cristal, em que a necessidade de se improvisar, substituindo *Baccarat* por vidro vulgar, resultou em ter-se transformado aquelas peças, segundo o autor, «numas caranguejolas partidas, sem brilho, eternamente baças de pó», ao ter-se imposto «um horrível espírito “de série” ao que deveria ser pitoresco, personalidade, originalidade» (Barros, 1943) – ou seja, contrariando «princípios indispensáveis à elevação artística e espiritual de cada povo», algo que António Ferro considerava indissociável da estratégia a prosseguir pelo SPN/SNI em relação ao turismo (Ferro, 1949: 34).

Contrastes inevitáveis de um modelo por consolidar

No presente registo, tanto para Leição de Barros, como para o próprio Ferro, ou para Raul Lino, entre outros, o que estava fundamentalmente em causa era um turismo de carácter ideológico, de busca de um forte sentimento identitário, em suma, de um turismo de culto do passado, de descoberta de trechos paisagísticos, monumentos históricos, especificidades arquitetónicas, curiosidades artísticas, usos e costumes inalterados (Victorino, 2018: 436).

Mas mais episódios de evidente contradição, entre aquilo que a propaganda promovia e a realidade a que, no terreno, por vezes, se assistia, não deixou Leição de Barros de comentar, através dos seus *Corvos*, designadamente seguindo o exemplo do caso anterior:

«O que actualmente caracteriza as velhas e lindas cidades de Portugal é a preocupação que elas têm de ser monumentais. Elas todas triques e tiradas das canelas, a puxar ao fimo (...). Arrasaram-se por esse país fora velhos

pardieiros sem significação, mas também alguns palácios cheios de carácter tudo sacrificado à imensa garagem em que se transformou Portugal – nesta época das romarias mecanizadas de Nossa Senhora da Gasolina, com a sua procição de monumentais andores dos monges capristanos»⁷.

Consideremos, todavia, que no caso de Leição de Barros, era com toda a legitimidade que se podia permitir a tais heresias – não tinha sido ele, precisamente, um dos arautos precursores do turismo em Portugal? Vejamos um primeiro exemplo, por si relatado: «Quando, há muitos anos, lançámos à nossa custa e sem auxílios do Estado) por esse país fora, num vagoão de caminho-de-ferro a Exposição do Hotel Modelo, proclamávamos (...) em meia dúzia de regras-base, a arte de receber hóspedes (...), o que, anos mais tarde, o Secretariado de António Ferro imitou» (Barros, 195-?, v. 2: 41-42). Referimo-nos aqui a outra crónica dos *Corvos*, neste caso relembrando a campanha que promoveu no *Notícias Ilustrado*, em 1933, com Sanches de Castro e Raul Lino, talvez na crítica implícita pretendendo o autor referir-se à *Cartilha da Hospedagem Portuguesa*, lançada pelo SPN em 1941 (Pinto, 1941). Mas citemos mais um exemplo dos *Corvos*, a propósito do pioneirismo do autor nesta matéria:

«Reivindico para Nazaré, Praia de Pescadores – o primeiro documento que sobre a povoação estremeira o cinema divulgou – a glória de ter chamado a atenção sobre essa praia. A Maria do Mar, que se lhe seguiu, foi a idela que seduziu (...) centenas de artistas nacionais e estrangeiros (...), o nosso melhor cartaz do exotismo e do pitoresco regionais. Infelizmente agora – pejada de pretensiosas e banais construções, vilipendiada a praia por propagandas comerciais, com tractores americanos a substituírem o espectáculo maravilhoso da saída dos barcos, sem os trójs regionais admiráveis – não há nada que não lhe tenham feito para inconscientemente a destruir» (Barros, 195-?, v. 1: 250).

Ainda a propósito da Nazaré, abramos um parêntesis. Dá-se o caso de Leição de Barros ter sido recebido, de braços abertos, por uma nova geração de autores para a qual o turismo oficioso, promovido pelo Secretariado, não podia merecer qualquer consideração, basta que citemos, nesse rol, José Cardoso Pires, Alexandre O’Neill, Luís de Sttau Monteiro, entre outros, ou seja, aqueles que compuseram a inevitavelmente breve revisão *Almanaque*, de 1959 a 1961, ambiente declaradamente oposicionista.

⁷ «Ausúo à empresa de camionagem Capristanos, uma das pioneiras do excursionismo turístico, a baixo custo, por todo o país (Barros, 195-?, v. 1: 242).

em permanente risco de suspensão ou apreensão pela Censura, estranha companhia, portanto, para um veterano do Estado Novo.

No número em que se verificou a sua colaboração para o *Almanaque* (com o texto "O pior são as filigranas"⁹), apareceu outro artigo, anónimo, que não nos repugnaria também ter sido do seu punho e que, entre outras ironias, colocava em causa a famosa tradição das sete saias das mulheres da Nazaré e demais pretensas autenticidades turísticas daquela localidade¹⁰. Mas vejamos a forma como Leitão de Barros foi então apresentado aos leitores do *Almanaque*:

«Aqui anunciamos, senhoras e senhores, o cronista de há muito reputado das vicissitudes do reino de Pacheco: Leitão de Barros. Pioneiro indomável nos múltiplos sectores da vida portuguesa, o licenciado Dr. Leitão de Barros pôs de parte, por expresso desejo seu, o indispensável "dr." que adorna todo o cavalheiro menor de grandes ambições e assim fez a sua entrada no "Who's Who" das artes e das letras nacionais sem favores de diploma. É amigo de Lisboa como os pais amigos que castigam os filhos para bem do futuro. Nisso tem-se empenhado em limpar a natalina de certos armários em que se guardam castiçismos de décima terceira ordem. Com a ajuda dos seus Corvos esgravatou o município, as pelinhrices e ridicularias do real quotidiano. O público das ideias gerais conhece Leitão de Barros através da imprensa e das fichas cinematográficas. É pouco, muito pouco, Professor, dramaturgo, pintor, cidadão sem estandarte no nosso universo intelectual, não tem idade nem horóscopo definidos. Nascete todos os dias e todos os dias se cansa. Na cinematografia o seu nome está ligado para sempre a dois filmes clássicos: Nazaré, Praia de Pescadores e Maria do Mar, duas obras-primas»¹⁰.

Ter-se-á Leitão de Barros inteiramente apercebido que, com esta conspícua colaboração, estaria a contribuir para um avolumar de suspietas quanto à sua (se bem que nunca negada) fidelidade a um ideal? Damos, por hipótese, que essa curiosa fase de transição, paralela aos Corvos, também se possa ter devido ao crescente desapontamento quanto a alguns projectos em que pessoalmente se empenhou, com elevado custo pessoal, caso da visionária construção da nau S. Vicente, que nunca viria a concluir¹¹,

8 «A filigrana está para o português como a folha de amênia para o bicho-de-seda. (...) Há, cá em casa, filigranas económicas, filigranas superiores técnico-funcionais de cinema, filigranas histórico-literárias (de grande maquiagem), filigranas género folclore-drama da terra, filigranas folclórico-turístico-capitalista». (Barros, 1960-1961: 44).

9 "Nazaré, Saint Topaz...".

10 *Almanaque*, 1960-1961, (Dec. - Jan.), 2.ª ed. v.º (título).

11 Projeto concebido após a experiência da nau Portugal, também por idealizada, construída para a Exposição do Mundo Português e abandonada pelo colapso de 16 de fevereiro de 1941. Segundo Leitão de Barros, a nau S. Vicente teria também o mesmo objectivo construído-se como exposição itinerante de produtos portugueses em países onde se fosse e aprovar (AOS/CP-29 1.3.8./31).

perante a indiferença selectiva do Governo que apoiava e de aparentes evasivas de Salazar¹². Mas vejamos mais uma esclarecedora selecção de comentários deste autor, em relação ao turismo que se vinha praticando no Portugal desses anos:

«O turismo de verão em Portugal – atrás dos camieões de vômito negro, em estradas onde os mosquitos motorizados enxameiam e morrem como tordos, com pudins flân e filetes de pescada de fronteira a fronteira, muito folclore e ferro forjado, taxas, impostos e moscas de que qualquer país se orgulha – é do ponto de vista terapêutico e Capitalista, um mito. (...) A nossa paisagem é edénica por definição. Os hotéis são de um tradicionalismo invulnéravel – tendo em "30 anos de cozedura" melhorado extraordinariamente a sopa que nos dão. Quer nas contas quer nos cretones, quer nos bonecos regionais (se bem que os colchões continuam "contra nós" e não "à favor", como por todo esse mundo atrasado), já se anuncia, com orgulho, que certos quartos possuem casa de banho – isto é, se o interessante jogo de "espreita se está ocupado" (...), começa a abandonar-se o que é uma lamentável perda de carácter nacional» (Barros, 195-?, v. 1: 186).

«Estamos num dos mais modernos e mais catitas grandes hotéis de Portugal (...), nem sombra de árvore. Cimento armado até aos dentes (...). A mobília é de super-rústico. A toalha assenta, directamente, sobre as tábuas (...), a gestão ignora que é elementar pôr-se uma flanela entre a madeira e o linho (...). Um enjoativo perfume a sabão químico, todo válido da sua lixívia, evolui-se dos guardanapos húmidos. A mantelga é rançosa (...). É o luxuosíssimo "Província-Palace" português – 1957» (Barros, 195-?, v. 2: 72).

«Estás ao pé do mar? Debalde procuraras comer um peixe fresco, uns mariscos ou uns camarões recentes, tudo frígorificadíssimo (...). Só que te custa quatro vezes mais. E o queijo é – já o adivinhastes – o conhecido bola vermelha que rola Portugal inteiro (...). Estás em cima de uma terra que fabrica pastéis de Tentugal com fama secular? Não importa: o que te servem é "pudding-flan", a tremar mas sempre em pé» (Barros, 195-?, v. 2: 72).

12 Referindo, em carta a Salazar, de 14-03-1959, «Desjejava manifestar a V. Excelência o meu reconhecimento pela sua intervenção no caso do parecerio oficial concedido a Nau S. Vicente, após sete anos de persistência da minha parte e duma longueta convalescência havida naquela pequena casa de Santa Comba, em que me foi dado o estímulo para trabalhar por essa ideia». Em nota cartada a Salazar, de 07-10-1964, refere «sem qualquer resposta à carta que dirige a V. Excelência e às cartas em resposta, a V. Excelência, a 12-10-1964, a respeito da obra da nau S. Vicente, a V. Excelência, a 12-10-1964, a respeito do obrigatório (...) comunicar esse facto a V. Excelência. Vou ao Brasil, ver se reúno os fundos necessáris para o acabamento do navio (...). É entristecedor, magoado e desiludido que veio o meu sonho de 14 anos – a construção de um galpão português – ser acabado com uma subscrição pública de brasileiros e portugueses do Brasil. Vou articular a minha saúde, bastante combalida, e o meu dinheiro que, para um artista pobre, representa muito trabalho. (...) Apesar da boa vontade, estímulo e simpatia de V. Excelência pela ideia de aprovação dos Ministros do Estado, da Marinha e das Finanças, parece que outros valores "mais altos" se levantaram, tolhendo as intervenções e decisões do Governo» (AOS/CP-29 1.3.8./31).



«Estamos a jantar (...) num desses restaurantes que são o orgulho de algumas das nossas ingénuas cidades: estilo Alvalade; muitos espelhos; panejamentos de meio-seda vegetal; meio-lã, tudo meio-cristal, meio-cristofle, meio-margarina, meio-manteiga, meio pretensioso, meio-pires, meio...» (Barros, 195-?: v. 2: 73).

«A pequena pensão agradável, com o conforto da sua baseira no Inverno, o fresco parreiral para as tardes de Verão, onde se come carne terna e peixe fresco, fruta ainda com sabor a fruta, queijo das vacas da terra, (...) onde as galinhas ainda põem ovos amarelos porque comem milho (...), eis a velha hospedaria que seria necessária ressuscitar. (...) São principalmente os pequenos hotéis, do género dos que se encontram às centenas nas estradas da Suíça e do Sul de França, que nos fazem falta – pregamos nós há trinta anos!» (Barros, 195-?: v. 2: 73).

«As cidades, as casas, os candeeiros, as árvores, a traça dos jardins (...) as lojas, os cafés, a comida, (...) o folclore de plástico, as feiras, tudo igual (...) do Minho a Faro (...). Inútil é procurar as matérias da região na arquitectura. Inútil queres a cozinha regional no restaurante. Inútil perguntas pelo traje tradicional, pelo mobiliário característico» (Barros, 195-?: v. 2: 242).

«Portugal encheu-se de bonecos de barro e de litografias inglesas e pôs muitos galos de Barcelos nas suas capoeiras folclóricas. Têm tudo: flores e bordados, filigranas e “napperons”, vitrinas cheias de artes regionais e populares (que nunca foram do povo) de um mau gosto ofensivo do artesanato português (que de Viana a Estremoz nos legou peças modelares da faiança tradicional). E tudo isso é o recheio de “chals á antiga portuguesa”, de telhados de unhas crescidas, com uma arquitectura toda “triques” (como dizia Lopes Vieira): um abuso desmesurado do pretensioso sem inspiração séria, feito para o turismo pirâmido, e tanto mais errado quanto é certo que, num país como o nosso, com um pouco de cultura se encontrariam as directrizes inspiradoras nos velhos solares, com as suas características próprias, para criar as pousadas de agora» (Barros, 195-?: v. 1: 210-211).

«Por outro lado, entre nós, qualquer serra esculpida, desde que o SNI a benza, que se arranje um camiãõ bem cheio de folclore e um posto de gasolina-esplanada, passa a ser uma “região turística”. Se dispuser de uma vasta paisagem de cimento armado é então caso para uma pousada funcional, com muitos vidros, chaminés, litografias inglesas,

mobília “Queen Anne” folheada de eucalipto, e esse estilo rústico que um fornecedor menciona num catálogo recente, com o subtítulo de “quanto contraccuro ideal para noivos”, o que é admirável de antecipaço» (Barros, 195-?: v. 2: 239).

E também neste contexto Leitão de Barros acrescentou: «Pormenores – dirão vocês. Certamente que o são. Mas leiam os estrangeiros que nos visitam (os que escrevem sem compromisso nem são pagos pelo SNI)» (Barros, 195-?, v. 2: 72) – comentário já em terreno movediço, para o autor, quando pensamos que, precisamente no mesmo ano, em 1957, dirigiu Henrique Galvão uma carta a Salazar, onde aquele certamente pôde ler: «Não há jornal nem revista francesa onde não se saiba que terão férias agradáveis e gratuitas em Portugal todos os escritores que se prestarem a pagar as despesas de viagem e estadia com umas linhas acerca da figura mundial de V. Ex.ª» (Galvão, 1975: 38).

Retenhamos por fim, dos Corvos, dois comentários sobre a Capital: «Quem chega a Lisboa pela estação do Rossio tem na sua frente um dos mais miseráveis panoramas, igual há oitenta anos (...). Em frente, essa paisagem de retretes suspensas e de traseiras de cozinhas são um quadro de nojo...» (Barros, 195-?: v. 2: 173). «De vez em quando fala-se de Alfama como de um morto respeitável (...) (que), continua com os seus pedintes, a sua miséria arrepiante fotografada pelo mundo inteiro» (Barros, 195-?, v. 2: 245) – sublinhado nosso, quando, ao observarmos um artigo na *The National Geographic Magazine*, em 1948, a legenda de uma das imagens¹³ quase poderia ter constituído uma antecipaço da mesma crónica, em que Leitão de Barros prosseguiu descrevendo Alfama e «as suas crianças sem logradouros (...), a sua indigência, a sua imundície, o seu desmazelo, desfalcada dos seus maravilhosos registos de azulajo (...), abandonada e escondida como uma vergonha urbana» (Barros, 195-?: v. 2: 245).

Nada do que dissemos, contudo, permite supor que nos Corvos só se teceram críticas amargas, tendo o seu autor também revelado uma muito pragmática e ocasional moderação (neste caso a propósito da viagem de Isabel II a Portugal, em 1957):

«É natural que, desta régia visita, os centenas de jornalistas estrangeiros (nem sempre amáveis para nós) que a presenciado, concluam que a capital portuguesa, embora pobre de arquitectura, mas rica de ordem e de mediania feliz, cheia de tradiçoes e de história, é bem a expressão de um país com conezinho direito a viver em paz, e onde,

¹³ «In Lisbon slums (...) decaying tile roofs grow green carpets of moss (...). Gloomy ditches pass for alleys (...). Few of the houses have electricity or running water. Wives carrying water jars go to community wells several times a day» (Conger, 1948).

do povo ao Governo, existe certa confiança na vida» (Barros, 195-?, v. 2: 265).

Por outro lado, numa perspetiva mais construtiva, também não deixou o autor, como era seu timbre, de pedagogicamente indicar em que áreas é que se poderia fazer mais pelo turismo português – «são os estrangeiros que nos mostram o tesouro que temos escondido. Precisamos de o aproveitar. Precisamos, urgentemente, de datar e melhorar os serviços de recepção, de organizar, de aumentar a capacidade hoteleira» (Barros, 195-?, v. 2: 236) – ou ainda:

«O turismo, que tem o prestígio das cenas abertas sobre a vida, é mais do que uma fonte de receita – é uma arma de atracção. Banalizar-lhe os aspectos, passar-lhes por cima o cilindro das toneladas de monotonia, construir-lhe casas iguais em toda a urbe, com materiais iguais em toda a parte, pré-concebidas, pré-realizadas, constitui a perda dessa arma de longo alcance» (Barros, 195-?, v. 2: 245).

Por fim, ou não se encontrasse esta reflexão naturalmente inserida num contexto em que António Ferro não pode deixar de se considerar uma figura tutelar, veja-se a homenagem que Leição de Barros, mais uma vez de forma desassomburada, prestou nos Corvos ao amigo de sempre (apesar das bicadas ocasionais):

«Na familiar paisagem desta cidade, António Ferro foi das maiores figuras da sua geração. Talvez dos combatentes e dos combatidos mais intimatorios e mais fortes. Devemos – os que escrevemos nos jornais – um preito à sua memória (...). Foi no Secretariado da Informação (...) que a sua personalidade excepcional de organizador e de exaltador de valores se revelou, e que o seu poder de entusiasmo e de fé se transmitiu a uma geração inteira de artistas – alguns bem ingratos para ele (...). Nunca à beira da sua mesa surgiu uma ideia bela a que ele não concedesse o lampejo de um estímulo ou de uma esperança (...). Tinha o raro poder de admirar e possuir um amor violento e são pela terra em que nasceu e que tão bem serviu (...), na renovação do gosto, no arejar contínuo das suas iniciativas – das montas ao espectáculo, do teatro ao ballado, do livro às artes decorativas – uma alma nova e europeia (...). Mais tarde outros lhe fardo justiça – a justiça justa a uma obra sem paralelo, no grã amoroso de apresentar melhor o seu Portugal ao mundo» (Barros, 195-?, v. 1: 208-209).

Considerações finais

De reputação há muito firmada e respeitada no meio jornalístico, ancorada numa camada da sociedade portuguesa em que relações de privilégio, no seu caso ao mais alto nível, passavam incólumes junto de um aparelho censório já de si evitado de contradições inevitáveis, tendo, por outro lado, um dos mais influentes periódicos de carácter oficioso à sua disposição (e a camaradagem do seu director, Augusto de Castro¹⁴), cremos poder considerar Leição de Barros e os seus Corvos (apesar de neste estudo só analisados no que ao turismo diz respeito), um caso singular durante esta fase do Estado Novo. Espécie de arauto da irreverência, mesmo assim louvado por diversos indefectíveis do regime¹⁵, talvez a Lisboa desses anos, para além do seu amigo Tomás Ribeiro Colaço¹⁶, nunca tenha voltado a ter um repórter à sua altura, sendo certo que, também através das suas crónicas, deu voz a diversos leitores que se lhe dirigiam por carta, ora enaltecendo as suas críticas e reflexões, ora sugerindo construtivas práticas ou denunciando as mais absurdas – incluindo até os mais inconfornados com as suas “heterodoxias”, que não deixou sem resposta:

«Corvos há muitos (...). Corvos da direita e corvos da esquerda. No meio está, porém, a velha gazeta, que é o “mastro” do equilíbrio. De todos esses vômitos de prosa telegráfico-postal – escolhi apenas aqueles que me pareceram produzidos por pequenas indisposições curáveis. Apesar disso, por cada “bicada” sabe Deus quantas ferroadas. O que vale é que eles têm as asas largas» (Barros, 195-?, v. 1: 85).

Afinal, segundo Leição de Barros, o que era preciso era «discutir, com bom senso, bom gosto, boa cultura e observação e bom sentido nacional e local do problema», os «aspectos estéticos fundamentais para o prestígio da cidade» (Barros, 195-?, v. 1: 85), aduzindo um esclarecimento conveniente perante os poderes instituídos: «Se é verdade que a crítica azeda ou simplesmente exhibitionista não interessa, a sugestão razoável, ponderada, séria e desinteressada deve contar» (Barros, 195-?, v. 1: 85) – ou seja, para Leição de Barros, «o direito do amor à cidade» não devia ser «exclusivo de ninguém» (Barros, 195-?, v. 2: 12).

¹⁴ O qual afirmou: «Este vos semanal de “Os Corvos”, que nada tem de negro, certo, colorido-na a plicada e merdonaria paisagem litorânea. As suas seis têm todas as claridades da honra e do espírito do delirioso cometa que é o peso de Barros – e de quem se trata – e o seu exemplo num país em que os meios usam o câmbio e o dingo de coça» (Barros, 195-?, v. 1, no verso de capa).

¹⁵ Citem-se ainda Barradas de Oliveira, Rodrigues Cavalleiro, Marinho Nogueira de Melo, Olavo D’Eca Leal, Luís Felipe Tinóbio, Luís Teixeira, entre outros (Barros, 195-?, v. 1 e 2, versos de capa e contracapa).

¹⁶ Fundador e director do semanário *Fradique*, publicada entre Fevereiro de 1934 e Dezembro de 1935.

Bibliografía

- BARROS, Leição de. 1943. Notas de Estética: revisão e elogio do mau gosto. *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. S. 1, a. 3 (13).
- BARROS, Leição de. 1950. *Carta para António Ferro*. Arquivo da Fundação António Quadros, (28 Jan.).
- BARROS, Leição de. 195-?. *Corvos*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- BARROS, Leição de. 1960-1961. O pior são as filigranas. *Almanaque*. (Dez. - Jan.): 44-45.
- CONGER, Clement. 1948. Portugal is different. *The National Geographic Magazine*. V. 94 (5, Nov.).
- ELIAS, Margarida. 2014. Adaptação do Palácio Foz para sede do secretariado Nacional de Informação. *Revista de História da Arte* (11). <https://run.unl.pt/handle/10362/16917> (20.07.2019).
- FERRO, António. 1949. *Turismo: fonte de riqueza e de poesia*. Lisboa: Edições SNI.
- GALVÃO, Henrique. 1975. *Carta Aberta ao Dr. Salazar*. Lisboa: Arcádia.
- Nazaré, Saint Tropéz (Algés) turista. 1960-1961. *Almanaque*. (Dez. - Jan.): 124-132.
- PINA, Paulo. 1988. *O Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações.
- PINTO, Afonso Cortez. 2015. *Portugal (1928-1968): um filme de J. Leição de Barros*. Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- PINTO, Augusto. 1941. *Cartilha da Hospedagem Portuguesa*. Lisboa: Edições SPN.
- RIPOLI, Antonio. 2007. *Fascismo e Turismo*. Prova finale in Storia Contemporanea, Corso di Laurea in Scienze Turistiche, Università Degli Studi del Molise. www.issesi.it/antonio-ripoli.pdf (20.07.2019).
- VICTORINO, José Guilherme. 2012. Para além de Turismo: fonte de riqueza e de poesia, notas sobre a visão e o legado de António Ferro nesses domínios. In *Mafalda FERRO (org.) Turismo em Portugal: passado, presente, que futuro?* Lisboa: Fundação António Quadros: 101-127.
- VICTORINO, José Guilherme. 2018. *Propaganda e Turismo no Estado Novo*: António Ferro e a revista *Panorama* (1941-1949). Lisboa: Alêtheia Editores.

Siglas

AOS/CP – Arquivo Oliveira Salazar / Correspondência Particular. Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo.

Nota Biográfica

José Guilherme Freitas de Sousa Victorino é doutorado em Ciências da Informação pela Universidade Complutense de Madrid e investigador integrado no CEIS20 - Universidade de Coimbra. É professor auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Lisboa. Tem publicado sobre temas no âmbito da propaganda e dos meios de informação durante o salazarismo.